

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 533.561 - MG (2019/0276548-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : TIAGO RODRIGUES DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de TIAGO RODRIGUES DE SOUZA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (Agravado em Execução Penal n. 1.0231.15.023841-9/003).

Consta dos autos que o Juízo da Execução Penal reconheceu a prática de falta grave em desfavor do paciente, determinando regressão de regime prisional para o fechado, estabelecendo novo marco para a obtenção de futuros benefícios.

Diante disso, a defesa interpôs agravo em execução penal, o qual foi desprovido nos termos de acórdão que recebeu a seguinte ementa (fls. 105/115):

EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL - RECONHECIMENTO DE FALTA GRAVE - POSSIBILIDADE - PRÁTICA DE CONDUTA PREVISTA COMO CRIME DOLOSO - PROVAS SATISFATÓRIAS DE AUTORIA E MATERIALIDADE - ART. 52, LEP - CUSTAS JUDICIAIS NO RECURSO DE AGRAVO - AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL - VEDAÇÃO DA COBRANÇA - RECURSO DESPROVIDO.

1. Considerando que o reeducando praticou, em tese, nova conduta prevista como crime doloso, imperioso é o reconhecimento de falta disciplinar de natureza grave, nos termos do art. 52 da LEP.

2. Não há cobrança de custas pela interposição de recurso de Agravo em Execução, em virtude da ausência de previsão legal (art. 1º, §2º, da Lei Estadual nº 14.939/03).

No presente *writ*, a impetrante sustenta, em síntese, que não há provas da prática da falta grave imputada ao paciente.

Assim, requer, em liminar, a suspensão dos efeitos do acórdão impugnado

Superior Tribunal de Justiça

e, no mérito, a desconstituição da falta grave.

Liminar indeferida às fls. 122/123.

Informações prestadas às fls.127/135 e 136/140.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da impetração, conforme parecer de fls. 145/146.

É o breve relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal que justifique a concessão da ordem de ofício.

As instâncias ordinárias, soberanas na análise das provas, após análise exauriente dos autos, afirmaram a presença de elementos suficientes a comprovar a autoria e a materialidade do fato imputado ao paciente.

Desconstituir tais conclusões para acolher a tese de negativa de autoria deduzida na inicial demandaria o aprofundado revolvimento fático-probatório, procedimento vedado na via estreita do *habeas corpus*.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. ART. 50, III, DA LEI N. 7.210/84 (LEP). DESCONSTITUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. PERÍCIA NO INSTRUMENTO APREENDIDO PARA ATESTAR A SUA CAPACIDADE DE OFENDER A INTEGRIDADE FÍSICA DE OUTREM. PRESCINDIBILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O Tribunal de origem firmou seu entendimento acerca da materialidade e autoria da infração no conjunto fático-probatório produzido no decorrer da lide, tornando inviável o seu reexame na via estreita do *habeas corpus*.

2. O Superior Tribunal de Justiça tem decidido que, para o reconhecimento da falta grave pelo apenado, é dispensável a realização de laudo pericial no objeto apreendido a fim de perquirir sua potencialidade lesiva, por absoluta falta de previsão legal.

3. Agravo desprovido (AgRg no HC 420.419/DF, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe

Superior Tribunal de Justiça

19/02/2018)

Ausente, portanto, qualquer constrangimento que justifique a concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço da presente impetração.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

